



Jefferson Rudy/Agência Senado

Renan Calheiros cumprimenta Dilma Rousseff na sessão que marcou a abertura dos trabalhos do Congresso Nacional em 2016, da qual também participaram Ricardo Lewandowski (E) e Eduardo Cunha (D)

## Prioridade do Congresso em 2016 é superar crise, diz Renan

Presidente do Senado afirmou ontem, na sessão de abertura do ano legislativo, que projetos que tratam da Petrobras e do BC serão votados logo

### Abertura 2016

O presidente do Senado, Renan Calheiros, apontou propostas que espera ver votadas neste ano na Casa, como a que dá independência formal ao Banco Central, a que fixa regras para a gestão das estatais, a que cria a Autoridade Fiscal Independente e a que desobriga a Petrobras de participar, ainda que como parceira, de todos os empreendimentos do pré-sal. Em comum, as propostas buscam melhorar a situação econômica do país. No caso da Petrobras, explicou Renan, a redução da presença estatal em parte dos negócios atrairá mais investidores privados. “Com o agravamento da crise, devemos conjugar esforços rumo ao ponto futuro e minimizar o debate sobre as responsabilidades da crise”, disse. **3**

### Dilma quer volta da CPMF e reforma da Previdência

A presidente pediu que os parlamentares aprovem a recriação da contribuição antes de maio, para que a cobrança comece em setembro. **4 e 5**

### Cunha aponta economia e saúde como desafios

O presidente da Câmara disse que o aumento da recessão e casos como o zika vírus exigirão mais esforço do Legislativo brasileiro neste ano. **6**

### Lewandowski destaca eficiência da Suprema Corte

Em 2015 o Plenário do Supremo Tribunal Federal julgou 2.735 processos e aprovou 16 novas súmulas vinculantes, segundo o presidente da Corte. **6**

### Senado deve votar socorro financeiro a estados e municípios **7**

### Comunicação da Casa renova logomarcas **2**

### “Janela” para troca de partido durará 30 dias **8**

### Nobel da Paz alerta para crescimento do trabalho escravo

O indiano Kailash Satyarthi apontou o avanço do fundamentalismo religioso e do terrorismo, além de motivações econômicas, como razões para o aumento da utilização de trabalho infantil e do número de trabalhadores submetidos a condições análogas a escravidão. Satyarthi participou de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, em que senadores criticaram projeto que exclui “jornada exaustiva” e “condições degradantes” como elementos que configuram o trabalho escravo. O texto foi retirado da pauta do Senado após repercussão da audiência, segundo o presidente da comissão, senador Paulo Paim. **8**

### Audiência debate greve de peritos do INSS **8**

### Sete medidas provisórias têm urgência **2**

### Novo Relatório da Presidência

Mais conteúdo eletrônico | Versão impressa reduzida

Saiba como foram as atividades legislativa e parlamentar do Senado e do Congresso em 2015



Acesse a versão eletrônica do relatório pelo QR Code ao lado ou [www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-anual-da-presidencia/2015](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/relatorio-anual-da-presidencia/2015)



Agência de notícias, rádio, TV e jornal passaram a ter identidade visual unificada, que representa a linha editorial integrada e facilita a identificação como veículos oficiais

# Comunicação do Senado ganha novas logomarcas

A SECRETARIA DE Comunicação Social do Senado lançou ontem a nova identidade visual dos veículos de comunicação da Casa.

Os logotipos da TV Senado, da Agência Senado, da Rádio Senado e do **Jornal do Senado** contam agora com um símbolo gráfico unificado, que representa a proposta de uma comunicação integrada, com linha editorial única. A sintonia entre as marcas também facilita a identificação dos veículos como fontes oficiais do Senado.

A diretora da Secretaria de

Comunicação Social, Virgínia Galvez, explicou:

— As novas marcas são a expressão estética do que representa nossa situação, de uma comunicação única. Atualmente, todas as pautas são debatidas e analisadas ao final do dia por representantes de todas as equipes. Assim, não há dispersão editorial e o mesmo assunto que for manchete no jornal será destaque na rádio, na agência e na TV.

As novas marcas apresentam um símbolo que faz referência à arquitetura externa do Plenário e caracteriza a onda



Ana Volpe/Agência Senado

Cores azul e cinza têm novas matizes, tipografia criou identidade institucional e símbolo remete à arquitetura do Plenário

de propagação das notícias. A escolha da tipografia respeita as normas institucionais de identidade visual do Senado.

— Alteramos um pouco as tonalidades das cores azul e cinza devido à necessidade de atender aos diferentes tipos de mídia: vídeo, digital e impresso. Mas as novas matizes já

constavam do nosso portfólio de marcas — explicou Marcelo de Faria, da Coordenação de Publicidade e Marketing.

O trabalho foi desenvolvido em conjunto com os designers Leonardo Chaib, da TV Senado, e Priscilla Paz, da Secretaria Agência e Jornal.

A marca comemorativa dos

20 anos da TV Senado serviu como fonte de inspiração.

— Inicialmente a ideia era atualizar a marca da TV. No entanto, a diretoria solicitou uma marca única e utilizamos o primeiro conceito como impulso para expandir a marca a todos os veículos — explicou Chaib.

## Congresso tem 20 medidas provisórias para examinar

O Congresso inicia o ano com 20 medidas provisórias na pauta. Entre elas, destacam-se as sobre a reforma administrativa, os acordos de leniência e as verbas para o pagamento das pedaladas fiscais.

Sete MPs já estão em regime de urgência — elas trancam as votações do Senado e da Câmara dos Deputados assim que chegam aos Plenários.

É o caso da MP 696/2015, sobre a reforma administrativa do governo federal. A medida reduz de 39 para 31 o número de ministérios e secretarias da Presidência, prevê fusões e redistribuição de competências entre os órgãos. A MP já foi analisada por uma comissão mista e aguarda votação no Plenário da Câmara. Depois, vai para o Senado, onde precisa ser votada até 13 de março.

Já a medida dos acordos de leniência (MP 703/2015) tem validade até 30 de março, mas esse prazo pode ser prorrogado por 60 dias. Ela prevê a participação do Ministério Público em um número maior de etapas desses acordos de redução de penas, firmados com empresas acusadas de



Marcos Oliveira/Agência Senado

MP da reforma administrativa, que reduz número de ministérios, tem urgência

corrupção que colaborarem com as investigações.

A MP 704/2015 remaneja verbas públicas para o pagamento das pedaladas fiscais (manobras contábeis realizadas pelo governo para atrasar o pagamento de operações do Tesouro com bancos públicos), consideradas crime de responsabilidade no processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff. A medida permite que o Executivo use o superávit financeiro de 2014 para cobrir despesas obrigatórias de 2015. A MP tem validade até 1º de abril, mas pode haver prorrogação. As MPs 703 e 704 precisam

ser lidas no Plenário. Depois, serão compostas comissões mistas para analisá-las.

### Servidor licenciado

A MP 689/2015 é a que requer análise mais urgente. Apresentada em agosto, ainda não foi votada pela comissão mista. Seu prazo, já prorrogado, é 7 de fevereiro. A medida determina que os servidores públicos federais afastados ou licenciados sem remuneração deverão continuar vinculados ao seu regime de previdência e contribuindo mensalmente.

Veja as 20 MPs em pauta: <http://bit.ly/vejamedidas>

## Jucá pede ajuda a governo no combate ao fogo em Roraima



Ana Volpe/Agência Senado

Romero Jucá (PMDB-RR) disse que está propondo a bancos a renegociação dos empréstimos de pequenos produtores de Roraima que tiveram plantações destruídas por incêndios. Ele também pediu ajuda ao governo federal.

— Já foi decretada emergência, calamidade em 70% dos municípios do estado. Mas é importante que Exército e brigadistas sejam mobilizados.

## Seca provoca forte crise no estado, alerta Telmário



Marcos Oliveira/Agência Senado

Roraima vive uma grande crise causada pela seca e por incêndios, alertou Telmário Mota (PDT-RR). A pedido do senador, um servidor da Defesa Civil Nacional deve ir ao estado nesta semana para ver quais providências podem ser tomadas pelo governo federal.

— Levantamento do Ibama registrou 1.754 focos de incêndio em Roraima em janeiro — disse.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário após as 21h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



#### CAS Serviço voluntário

9h A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) tem reunião deliberativa com 10 itens. Entre eles, a emenda da Câmara (ECD 4/2015) a projeto que dispõe sobre o serviço voluntário e o PLS 512/2011 - Complementar, que trata da aposentadoria especial dos segurados portadores de deficiência decorrente da síndrome da talidomida.

#### CDH Greve dos peritos

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública interativa com o tema "O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação". O foco do debate são as consequências da greve dos peritos da Previdência Social. Entre os convidados, estão representantes da Federação Nacional dos Médicos e do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

#### PLENÁRIO Estatais

14h Sessão deliberativa com oito itens na pauta. Entre eles, o projeto que dispõe sobre a responsabilidade das sociedades de economia mista e das empresas públicas federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal e sobre seu estatuto jurídico (PLS 555/2015) e o que estabelece limite global para o montante da dívida consolidada da União (PRS 84/2007).

#### PRESIDÊNCIA Prefeitos

15h Renan Calheiros recebe o presidente da Frente Nacional de Prefeitos, Márcio Lacerda, e comitiva na sala de audiências. Às 16h, preside a ordem do dia no Plenário do Senado.

#### CMO Mensagens

15h Em reunião extraordinária, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) vota relatórios e mensagens de diferentes órgãos públicos, entre outras proposições.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/ecidadania](http://senado.leg.br/ecidadania)

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, audiência pública da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Na abertura dos trabalhos de 2016, presidente do Senado afirmou que Casa votará independência do Banco Central e liberdade para estatal participar ou não da exploração do pré-sal

# BC e Petrobras são prioridades do ano, diz Renan



O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que a Casa deve votar ainda neste ano a independência formal do Banco Central e o fim da obrigatoriedade de a Petrobras participar da exploração do pré-sal. As prioridades foram apontadas em seu discurso durante a abertura dos trabalhos legislativos de 2016.

Renan presidiu a cerimônia, que contou com a participação da presidente da República, Dilma Rousseff, do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, e do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha.

O presidente do Senado incluiu o projeto da Lei Geral das Estatais e o da Autoridade Fiscal Independente entre as “propostas inovadoras” que devem ser votadas pelo Senado.

— Os temas são controversos, opõem posições, mas o Parlamento não pode recusar, não pode fugir ao debate. Aprovando ou rejeitando, vamos votar. É necessária uma deliberação do Parlamento — afirmou.

Ele afirmou que “aprimoramentos institucionais não são contra ninguém”. Renan acrescentou que todas as legislações envelhecem e precisam ser permanentemente atualizadas.

Em relação à independência do Banco Central, salientou que o debate não deve mais ser postergado:

— Mais do que um Banco Central, precisamos de um banco centrado, focado na política monetária e inofensivo [que se opõe] às interferências, sejam quais forem essas interferências.

Renan lembrou que, entre os países que adotam o modelo de meta inflacionária, o Brasil é o único que não tem Banco Central formalmente independente. Também lembrou que, quando da fundação do BC no Brasil, o presidente e os diretores tinham mandatos fixos, não sujeitos a demissão antes do término. Segundo ele, a extinção da estabilidade “foi o primeiro ato da ditadura”.

## Entreguismo

Para o presidente do Senado, é “igualmente irrecusável” a votação da proposta para facultar à Petrobras participar ou não com 30% do custeio da exploração de todos os poços do pré-sal. Um projeto que dispensa a estatal da obrigação de entrar com esse percentual mínimo nos investimentos (PLS 131/2015) já está em análise no Plenário. O autor é José Serra (PSDB-SP).



Renan chega ao Congresso na abertura dos trabalhos legislativos: presidente do Senado disse que problemas econômicos de 2015 não podem se repetir em 2016

Para Renan, com a queda da percepção da intervenção estatal no setor de petróleo e gás, será possível atrair novos e mais investidores. Além disso, a empresa ficará livre para ser mais seletiva nos investimentos.

— Evocações como desnacionalização ou entreguismo estão completamente ultrapassadas — afirmou, criticando argumentos habitualmente usados contra a flexibilização das regras de exploração.

## Estados e municípios

Renan abriu o discurso pedindo ao Congresso que redobre os esforços para que, ao contrário do que vem sendo dito em relação a 2015, este ano “tenha início, meio e fim”, sobretudo em relação aos temas que afetam a qualidade de vida dos brasileiros.

— Temos compromissos com a nação. Com o agravamento da crise, devemos buscar uma conjunção de esforços rumo ao ponto futuro e minimizar o debate pelas responsabilidades da crise.

Neste ano haverá a continuidade dos esforços pela busca do novo pacto federativo, assegurou Renan. Ele disse esperar a aprovação na Câmara dos Deputados da convalidação dos incentivos fiscais. Também adiantou que o Senado deve deliberar “com máxima urgência” uma agenda em favor de estados e municípios. De acordo com Renan, os líderes partidários do Congresso já estudam com prefeitos e governadores uma pauta consensual.

O presidente do Senado citou como “proposta de relevante

interesse” a regulamentação do trabalho de 13 milhões de brasileiros terceirizados. Ele disse que o projeto sobre tema já votado na Câmara dos Deputados será apreciado neste ano pelo Senado.

Também informou que logo depois do Carnaval será promulgada a emenda constitucional que assegura — ainda a tempo para as próximas eleições municipais — uma janela de migração por tempo limitado para os políticos que queriam mudar de partido (PEC 113/2015).

— Com ela podemos minimizar a deterioração da política brasileira, cuja fragmentação e facilidade para criar legendas

dificulta a formação de maiorias e é fonte recorrente de crises — comentou.

## “Fracassolândia”

Renan disse ainda que o resultado econômico de 2015 não pode se repetir em 2016. Segundo ele, este é o momento em que a nação espera que as instituições se pautem “pela responsabilidade, pelo equilíbrio, pelo bom senso e, principalmente, pela legalidade”.

— Não podemos imolar o Brasil, sacrificando os postos de trabalho e condenar a sociedade brasileira à desesperança. Não somos e não seremos habitantes da fracassolândia. Os novos tempos pedem, exigem,

que esqueçamos projetos pessoais e nos unamos em torno de um Brasil melhor, aquele que todos os brasileiros merecem.

A economia cobra reformas estruturantes e ações políticas e econômicas que coloquem o país no rumo do crescimento, afirmou Renan. Nesse ponto, ele agradeceu a presença da presidente Dilma na solenidade no Congresso, a seu ver uma demonstração “de quem busca o diálogo e procura soluções”.

## Agenda Brasil

Ele lembrou que, mesmo vigorando o sistema presidencialista, o Parlamento tomou a iniciativa de oferecer uma pauta de propostas, que foi batizada de Agenda Brasil. Renan observou que foi também uma construção coletiva e outros setores também oferecerem sugestões.

— O objetivo da Agenda Brasil é melhorar o ambiente de negócios, conferir previsibilidade jurídica, recuperar os níveis de produtividade e a confiança dos agentes econômicos e retomar os níveis de investimento no Brasil.

Renan lembrou que 19 propostas da Agenda Brasil já foram aprovadas pelo Senado, muitas já viraram lei e outras estão na Câmara.

O presidente do Senado salientou que o ritmo de trabalhos da Casa será mantido e prosseguirá na mesma linha de independência do Legislativo.

— No âmbito do Senado, reitero neste derradeiro ano da Mesa Diretora os compromissos com a austeridade, a independência, a isenção e a transparência.

## Para Lúcia Vânia, projetos beneficiarão o país; Lindbergh vê pauta neoliberal

Senadores reagiram de formas diversas à lista de temas apontados ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, como prioritários para a Casa em 2016. Lúcia Vânia (PSB-GO) apoiou a lista. Lindbergh Farias (PT-RJ), por outro lado, criticou.

Lindbergh disse estar “impressionado e preocupado” com a pauta proposta pelo presidente do Senado, que inclui as votações de projetos que lidam com a independência do Banco Central, a participação da Petrobras no pré-sal, a atuação das empresas estatais e a ampliação das terceirizações.

— É uma pauta neoliberal radical. Essa nunca

foi uma característica do presidente Renan. É sinal de que o PMDB abraçou a posição do [vice-presidente Michel] Temer. Vamos nos insurgir contra essa pauta — afirmou.

Por sua vez, Lúcia Vânia disse que o pronunciamento de Renan foi o melhor da tarde e que ele dá oportunidades para novas soluções para a economia e a política.

— Renan Calheiros reafirmou que o Congresso não pode ficar a reboque do Executivo neste momento de crise. Temos que levantar temas que não são do agrado do governo, mas que abrem caminhos para que o setor privado possa fazer a economia se movimentar — ponderou.

# Dilma defende recriação da CPMF e reforma da Previdência Social

Em mensagem ao Congresso, a presidente pediu também a aprovação de medida que dá maior flexibilidade ao Orçamento do governo e compreensão para a "excepcionalidade do momento"



A RECRIAÇÃO DA Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), a reforma da Previdência Social e a prorrogação da Desvinculação de Receitas da União (DRU) foram algumas das medidas defendidas ontem pela presidente Dilma Rousseff no Congresso. Na abertura dos trabalhos legislativos, ela foi vaiada por parlamentares na parte da mensagem sobre a volta da contribuição. Deputados da oposição seguravam cartazes que diziam "Xô, CPMF".

— Sei que muitos se opõem a essas medidas, em especial à CPMF, e têm argumentos para suas posições. Mas peço que considerem a excepcionalidade do momento — disse.

O governo propõe dividir a arrecadação da CPMF com estados e municípios, destinando os recursos à previdência e à saúde. A ideia é recriar a contribuição antes de maio, para que a cobrança comece em setembro.

A CPMF vigorou no Brasil por 11 anos. Em 2007, a Câmara aprovou proposta que estendia a cobrança até 2011, mas a iniciativa foi derrotada no Senado.

Sobre a reforma da Previdência, Dilma informou que encaminhará ao Congresso uma proposta que aprimore as regras

de aposentadoria por idade e por tempo de contribuição para que se ajustem gradualmente ao envelhecimento da população.

— A proposta terá como premissas o respeito aos direitos adquiridos e levará em consideração expectativas de direitos, envolvendo um adequado período de transição — disse.

A presidente afirmou que a sustentabilidade da Previdência é o maior desafio para a política fiscal no Brasil. De acordo com ela, a Previdência e os benefícios assistenciais respondem por 44% do gasto primário do país, índice que tende a aumentar exponencialmente, mantidas as regras atuais. Para Dilma, a reforma não é uma medida em benefício do atual governo, e sim do Estado, já que o impacto no curto prazo será pequeno.

Outro ponto do discurso foi a prorrogação da DRU. O mecanismo permite ao governo federal usar livremente 20% de todos os tributos federais vinculados por lei a fundos ou despesas. Criada em 1994, a DRU deixou de valer em 31 de dezembro de 2015.

A prorrogação da desvinculação até 2023 está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 87/2015, do Executivo. O texto, em análise na Câmara, determina que o percentual das receitas de tributos que poderá ser usado livremente passará de 20%

para 30%. Mas a proposta limita quais os impostos que poderão ser desvinculados. O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e o Imposto de Renda (IR) estão entre as proibições.

A presidente levantou a possibilidade de estender a desvinculação a estados e municípios.

— As três esferas de governo precisam de mais flexibilidade para gerir o orçamento e de no-

vas receitas para dar sustentabilidade à transição do ajuste fiscal à reforma fiscal — argumentou.

Dilma também destacou a intenção de reformar o PIS-Cofins e continuar as discussões para mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para as pequenas empresas, quer aperfeiçoar o projeto de reforma do Super-simples, que está no Congresso.

— Queremos criar uma faixa de saída do Super-simples, para superar o verdadeiro paredão que hoje existe entre os sistemas tributários e que gera, nas empresas, medo de crescer — explicou.

A presidente prometeu ainda, para o primeiro semestre, uma proposta que fixe um limite para o crescimento do gasto do governo.



Dilma chega para a abertura dos trabalhos do Congresso, acompanhada pelo ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini

## Presidente pede parceria com o Congresso e aponta prioridades na agenda de 2016

Entre as prioridades do governo para 2016, também estão, segundo a mensagem da presidente Dilma, a retomada dos investimentos em infraestrutura, o combate à epidemia de zika vírus e a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

Segundo a presidente, o governo vai acelerar o Programa de Investimento em Logística (PIL). Ela anunciou a intenção de leiloar 26 terminais de portos públicos e 6 trechos de rodovias federais, além da concessão de ferrovias.

Dilma informou que vai encaminhar uma proposta de alteração da legislação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O objetivo é permitir que os trabalhadores utilizem a multa rescisória e até 10% do saldo de suas contas como garantia em operações de crédito consignado.

Também foi prometida para este ano a terceira etapa do Programa Minha Casa, Minha Vida. A presidente informou que, desde o lançamento da iniciativa, foi contratada a construção de

mais de 4 milhões de moradias, das quais 2,5 milhões foram entregues até dezembro de 2015.

Segundo Dilma, já está em andamento a construção de mais 1,6 milhão de unidades. Ela disse que o governo vai atualizar os valores de renda das famílias beneficiárias e os valores dos imóveis que podem ser financiados.

— Estabeleceremos parâmetros ainda maiores de qualidade, como fizemos nas etapas anteriores do programa — afirmou.

### Leniência

A presidente cobrou urgência na votação da Medida Provisória (MP) 703/2015, que amplia as possibilidades dentro dos acordos de leniência — firmados por empresas investigadas em esquemas de corrupção. Dilma pediu punição rigorosa para os corruptos, mas defendeu a preservação dos empregos, um dos objetivos da MP.

A presidente admitiu que o Brasil enfrenta um momento de crise. Na visão dela, porém, uma crise é sempre um momento

que não pode ser desperdiçado, pois gera oportunidades para soluções criativas e duradouras. Segundo Dilma, as medidas de enfrentamento precisam ser tomadas tendo o horizonte do futuro como foco, e não apenas o seu governo.

— Os programas prioritários estão mantidos, melhorados e em bases mais sustentáveis — declarou.

Em 2015, segundo Dilma, foram incorporados 3,8 mil médicos ao Programa Mais Médicos, que hoje tem 18 mil profissionais em mais de 4 mil municípios, garantindo atendimento a mais de 40 milhões de brasileiros. Ela também lembrou que o Pronatec registrou mais de 1 milhão de matrículas e informou que o programa será melhorado para 2016. Conforme a presidente, 906 mil brasileiros iniciaram seus cursos superiores no ano passado, graças a novas vagas em universidades públicas e a programas como o Prouni e o Fies.

A presidente ainda destacou que o Bolsa Família foi preser-

vado em 2015, mesmo em meio à crise, beneficiando mais de 14 milhões de famílias com recursos que representam apenas 0,5% do produto interno bruto (PIB). Para 2016, Dilma prometeu entregar parte da obra da transposição do Rio São Francisco e acenou com a possibilidade de redução da tarifa de energia.

### Solidariedade

Ela ainda prometeu se esforçar para que o espírito de solidariedade com a nação norteie o diálogo entre o Executivo e o Legislativo.

— Conto com o Congresso Nacional para podermos, em parceria, estabelecer novas bases para o desenvolvimento do país, sem retroceder nas conquistas obtidas nos últimos anos — concluiu.

### Zika

Dilma lamentou que, desde o fim do ano passado, o Brasil esteja vivendo um aumento dos casos de microcefalia associados ao vírus zika. De acordo com a presidente, o melhor remédio é

o enfrentamento do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor do vírus.

— Todo o meu governo está engajado no enfrentamento dessa emergência. Não faltarão recursos para que possamos reverter a epidemia do vírus zika e lidar, da forma mais eficiente e adequada possível, com seus efeitos sobre nossa população. Essa será uma de nossas prioridades — disse.

Ela acrescentou que o Instituto Butantã está desenvolvendo uma vacina contra o vírus, em parceria com um órgão dos Estados Unidos.

### Jogos

Dilma disse que os próximos cinco meses exigirão muito trabalho e dedicação para que seja cumprido o cronograma dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos do Rio de Janeiro.

— Como torcedores e anfitriões, faremos dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 momentos de união e congraçamento e a mais bem-sucedida edição desses eventos de toda a história. Somos todos Brasil — afirmou.

## Aprovar volta de tributo será difícil, acreditam senadores

Uma das tarefas do Congresso em 2016 será decidir sobre a proposta de recriação da CPMF para aumentar a arrecadação. A impressão dos senadores no início do ano legislativo é que a aprovação de um novo tributo será muito difícil.

— É mais um imposto contra a população. Não será uma tarefa fácil — disse o líder do PMDB, Eunício Oliveira (CE).

Também o líder do PT, Humberto Costa (PE), vê dificuldades para que a contribuição passe pelo aval dos parlamentares, mas acredita que a conjuntura do país crie as condições para que isso aconteça.

— Quem sabe, se a situação econômica melhorar um pouco, isso sensibilize o Congresso e a sociedade? Temos também a situação da Previdência: não temos uma reforma em vista e há necessidade de ter recursos para garantir os benefícios previdenciários — disse.

Humberto ressaltou que, para garantir o apoio da base parlamentar, é preciso que a CPMF seja claramente temporária. Jorge Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, argumenta que o imposto servirá sobretudo



Parlamentares acompanham discurso em que Dilma defende recriação da CPMF

para custear a saúde pública.

— A CPMF é um recurso que pode ser compartilhado por todos — ressaltou.

A oposição já confirmou que não apoiará a recriação. José Agripino (DEM-RN) lembrou que, quando a CPMF ainda existia, foi contra a sua prorrogação e garantiu que permanece contrário à medida. Disse ainda que um novo tributo vai prejudicar a economia brasileira.

— A CPMF é injusta, cumulativa, um dificultador de negócios e travador da geração de empregos. Em última análise, pode significar um desestímulo

maior a quem investe e gera empregos. Permitir a volta da CPMF é penalizar a sociedade e o capital privado — afirmou.

Para Cássio Cunha Lima (PB), "o governo não tem autoridade moral para pedir mais sacrifício à sociedade, porque não tem credibilidade". O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), chamou a atenção também para a iniciativa do governo de usar recursos do FGTS como garantia de crédito. Para ele, a medida seria o "petrolão de 2016" — em referência ao escândalo de corrupção da Petrobras, alvo da Operação Lava-Jato da Polícia Federal.

## Para oposição, propostas são velhas e falta autoridade ao governo

Senadores de oposição fizeram duras críticas às propostas trazidas pela presidente Dilma Rousseff em sua mensagem ao Congresso. Para os oposicionistas, a presidente não trouxe ideias novas.

— Ela repete propostas que jamais foram cumpridas. Paciência que estava assumindo [a Presidência] hoje, e não que seu partido está há 13 anos no poder sem fazer nenhuma das reformas que ela hoje se propõe a fazer — disse o senador Aécio Neves (PSDB-MG).

Para Aécio, Dilma veio ao Con-

gresso "em busca de uma foto", mas foi incapaz de reconhecer erros do primeiro mandato e não tem unidade suficiente nem entre a base aliada para concretizar as propostas que apresentou.

— Qualquer discussão em relação às reformas anunciadas só será feita por nós quando elas vierem com apoio da base do governo. [Dilma] fala em reforma da Previdência enquanto o próprio partido do governo, o PT, diz que ela é desnecessária.

O senador também comentou o pedido de Dilma para que todo

o setor público efetue esforços conjuntos para combater a epidemia de zika vírus, que tem gerado um número elevado de casos de microcefalia em recém-nascidos. Aécio disse concordar que é preciso mobilizar a sociedade contra o problema, mas que a presidente é incapaz de estar à frente da iniciativa.

— Que autoridade tem a presidente para liderar esse processo, tendo ela distribuído os principais cargos do Ministério da Saúde a aliados exclusivamente para ter alguns votos para se manter no poder? — questionou.

## Caiado condena novos impostos pretendidos pelo Executivo

Os problemas que afetam o país exigem discussões, mas sem o envolvimento de iniciativas adotadas por governos passados para justificar os erros do governo do PT, disse Ronaldo Caiado (DEM-GO). O senador criticou a presidente Dilma Rousseff por ter defendido, na abertura dos trabalhos legislativos do Congresso, novos impostos para favorecer a retomada do crescimento do país em 2016.

— E ainda estamos assistindo a base do governo irada, dizendo que estão tentando destituir uma futura candidatura do ex-presidente Lula — disse.

## Cássio critica intenção do Planalto de recriar contribuição

O que o povo brasileiro ganha em quatro meses de trabalho por ano vai só para pagamento de impostos, afirmou Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). E, de acordo com o senador, se depender da mensagem da presidente Dilma lida na reabertura dos trabalhos do Legislativo, "agora vamos trabalhar de cinco a seis meses só para pagar tributos".

— Não será aumentando impostos que vamos salvar o país do caos que o PT nos colocou pela incompetência nesses últimos anos e que agora quer ser debitada no orçamento da família do trabalhador brasileiro — criticou.

## Discurso decepcionou por não assumir a crise, diz Paulo Bauer

Paulo Bauer (PSDB-SC) criticou o discurso da presidente Dilma Rousseff na abertura do ano legislativo.

— Saí decepcionado daquela sessão, porque ouvi a presidente falar de muitos planos, projetos e ações, mas não a vi assumir uma única responsabilidade sobre a crise do país — declarou.

Para o senador, o desemprego, a inflação e o déficit das contas públicas são evidências da crise que o país enfrenta.

## Presença de Dilma é elogiada, mas parlamentares pedem mais diálogo

A presidente Dilma Rousseff compareceu pessoalmente à cerimônia de abertura do ano legislativo para entregar a mensagem do Executivo ao Congresso. O gesto foi visto pelos senadores como uma sinalização positiva da presidente ao Legislativo em um ano que deve ser repleto de votações cruciais para a consolidação do ajuste fiscal do governo federal. No entanto, os parlamentares ressaltaram que apenas o simbolismo não é suficiente.

Eunício Oliveira (CE), líder do PMDB, disse acreditar que o ano será atribulado e que a presença de Dilma no Congresso é um importante gesto de aproximação.

— A presidente faz um gesto de dizer para o Congresso que deseja o diálogo, não apenas com a sua base, mas de reconciliação nacional. Só através do entendimento é que teremos condição de virar essa página — afirmou.

Para Humberto Costa (PE), líder do PT, a decisão de Dilma de comparecer em pessoa é um passo rumo à melhoria das relações entre o Executivo e o Legislativo. Porém, ele pediu mais atenção a esse diálogo.

— É um gesto político importante e sei que o Congresso

saberá perceber. Agora, temos que aprimorar esse relacionamento em tudo. Recentemente tivemos algumas medidas que foram aprovadas após longa negociação e houve vetos da parte do governo. Isso termina não ajudando — observou.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), líder do Bloco de Oposição (PSDB-DEM), disse crer que o clima de tensão na política nacional, aliado aos desafios que o governo enfrentará em 2016, motivou Dilma a vir ao Congresso. Ele defendeu que o gesto se repita todos os anos.

— A presidente deveria valorizar este momento solene. Ela vem diante da pressão que sofre, da necessidade de remontar a base de apoio, das dificuldades para se livrar do processo de impeachment. Espero que se torne uma rotina.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) reconheceu a importância da presença de Dilma, mas disse que a discussão de propostas com o Congresso é mais importante.

— Já cansei de ouvir discursos cheios de bons propósitos, mas que não vêm acompanhados de propostas concretas que possamos votar. Em vez de gestos de cortesia, preferia atitudes firmes.



Eunício considerou gesto como tentativa de aproximar-se do Congresso

## Lindbergh discorda de pontos da mensagem presidencial

Não vamos resolver os problemas da economia brasileira retirando dos mais pobres, dos aposentados e pensionistas, afirmou Lindbergh Farias (PT-RJ).

O senador disse discordar da prioridade do governo de dar continuidade ao ajuste fiscal por meio da recriação da CPMF e da reforma prevista para a Previdência Social.

— Eu espero que essa agenda seja corrigida e vou lutar muito por isso, porque tivemos uma recessão entre 3,5% e 4% em 2015, não podemos ter outra recessão dessa em 2016 — afirmou.

## Solenidade reuniu representantes dos três Poderes

A solenidade da instalação da 2ª sessão legislativa ordinária da 55ª legislatura, ontem, começou às 15h. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, acompanharam, em frente ao Congresso, a salva de gala de 21 tiros de canhão, o hasteamento da bandeira e a execução do Hino Nacional. Em seguida, receberam a presidente Dilma Rousseff e Ricardo Lewandowski e seguiram ao Plenário da Câmara, onde discursaram em cerimônia de uma hora e meia.

Para presidente da Câmara, o Legislativo vai contribuir com propostas próprias para melhoria do ambiente econômico e político no país, sem deixar de lado as do Executivo

# 2016 exigirá mais esforço, diz Eduardo Cunha



EM DISCURSO NA sessão solene de abertura dos trabalhos legislativos no Congresso, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, ressaltou que em 2016 o esforço dos parlamentares deve ser maior do que no ano passado. Ele destacou os desafios do momento: crise econômica, aumento da recessão e graves problemas de saúde pública, como a epidemia do zika vírus.

Para Cunha, é importante que o Legislativo contribua com propostas para a melhoria do ambiente econômico e político, “embora nem sempre

coincidentes com o almejado pelo Executivo”.

O presidente da Câmara destacou a produção legislativa da Câmara em 2015, quando foram apreciadas 1.114 matérias, entre elas as medidas de ajuste fiscal do governo e outras de impacto político e social.

— Esta Casa legislativa cumpriu o seu papel de não apenas legislar a partir de propostas do Poder Executivo, mas tratar com a mesma relevância os temas importantes para a sociedade — afirmou.

Na avaliação de Cunha, a aprovação do orçamento impositivo para emendas parlamentares também deu



Para o deputado, embates na Câmara refletiram crise e divisão política do país

mais independência a ações e votos dos deputados em 2015.

Para ele, os embates políticos na Casa refletiram a divisão

das opiniões políticas no país. Além disso, as dificuldades econômicas, com a queda da arrecadação de todos os entes

federados, provocou, segundo ele, o acirramento dos debates e a “visão conflitante das soluções que devem ser buscadas”.

O deputado afirmou ainda que a Câmara não se furtará a examinar qualquer proposta originária do Executivo para ajudar o país a recuperar sua economia, mas questionou as medidas do governo.

— Estaremos sempre à disposição para construirmos soluções que minimizem os efeitos danosos dessa grave crise para a população brasileira. Embora não exista consenso, nem nesta Casa, nem na sociedade, que o aumento da carga tributária seja a solução — concluiu Cunha.

## Congresso recebe relatório do Supremo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Ricardo Lewandowski, entregou ontem aos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, o *Relatório Anual do Poder Judiciário*, elaborado pelo CNJ, e o *Relatório de Atividades do STF*. O ministro participou da sessão de abertura dos trabalhos legislativos de 2016, no Plenário da Câmara.

O presidente da Corte destaca que o relatório do Supremo representa mais um instrumento de transparência e de prestação de contas à sociedade. Na avaliação dele, os resultados de 2015 foram positivos. “Em um contexto de crescente volume de processos que aportam na Corte, esta manteve a curva ascendente no que diz respeito à eficiência do desempenho”, afirma. No ano passado, o Plenário julgou 2.735 processos e aprovou 16 novas súmulas vinculantes, entre outras ações.

Lewandowski ressalta que a Corte também se preocupou em contribuir para a redução do acervo global do Judiciário, ao priorizar a utilização dos instrumentos de que dispõe para esse fim.



Lewandowski (à esq.), deputado Arnaldo Faria de Sá e senador Jorge Viana

“É de se destacar o esforço da Corte para julgar preferencialmente recursos com repercussão geral reconhecida, bem como para editar verbetes de súmula vinculante”, afirma no relatório.

O ministro informa que foi realizada uma seleção prévia de ações diretas de inconstitucionalidade que tiveram a liminar deferida pelo Pleno anteriormente. “Partiu-se da premissa de que, se o colegiado já apreciou a matéria uma vez, a análise definitiva do mérito poderia se dar de forma mais célere. Das 34 ações existentes no índice, nessas condições, 16 foram julgadas em 2015”, relata.

“O cenário de perplexidades

jurídicas com o qual a sociedade brasileira conviveu no decorrer do ano que finda já nos dá mostras de que vai repetir-se em 2016. Sem embargo, aos cidadãos brasileiros sempre estarão abertas as portas do Supremo Tribunal Federal, instituição que jamais se furtou a enfrentar os questionamentos que lhe foram colocados, por mais complexos que se afigurassem, sempre vocacionada à nobre missão de guardar o fiel cumprimento da Constituição e, por consequência, de promover a pacificação social e o equilíbrio institucional”, assinala o presidente do STF.

(Da Assessoria de Imprensa do STF)

## PEC dos Precatórios é tema de reunião de prefeitos com Renan

A aprovação da PEC dos Precatórios (PEC 159/2015) será o tema de reunião hoje da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) com o presidente do Senado, Renan Calheiros. Os prefeitos também vão pedir apoio para a renegociação das dívidas dos municípios com a União.

Aprovada pela Câmara em dezembro, a proposta, em análise agora no Senado, muda o regime especial de pagamento de precatórios para viabilizar a quitação por parte de estados e municípios. Precatórios são dívidas que

já transitaram em julgado, contraídas pelos governos em todas as esferas.

A proposta define as regras para o pagamento dos precatórios e a origem dos recursos, priorizando titulares e herdeiros com mais de 60 anos, pessoas com doenças graves ou deficiência.

Todos os precatórios não pagos até março de 2015 terão de ser quitados até dezembro de 2020.

Também participa da reunião o ministro da Secretaria de Governo da Presidência da República, Ricardo Berzoini.

## Para Raupp, crise econômica e eleição municipal exigirão mais do Parlamento

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou ontem que as responsabilidades do Congresso vão aumentar em 2016. Para ele, o país, mais do que nunca, precisa do trabalho dos parlamentares. O senador citou dados econômicos que mostram um cenário ruim.

— Terminamos o ano com uma inflação de 10,67%, a maior desde 2002, e temos uma previsão de queda do PIB

de mais de 3%.

Ele disse que o país tem ainda outros desafios a enfrentar neste ano, entre eles a realização das Olimpíadas e as eleições municipais. Além da mobilização normal que o pleito vai provocar, estarão em vigor novas regras, como mudanças no tempo da campanha eleitoral e a proibição do financiamento por pessoas jurídicas, lembrou.



Moreira Mariz/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:**  
 Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Icassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Pauta do ano deve atender estados e municípios

Após reunião com líderes partidários e apelo de governadores, Renan pediu que Senado vote propostas que garantam mais verbas a governos locais e novo pacto federativo



NA PRIMEIRA REUNIÃO do ano com os líderes partidários ontem, o presidente do Senado, Renan Calheiros, pediu prioridade para uma pauta federativa que permita a saída da crise enfrentada pelos estados e municípios. A decisão veio após o apelo de um grupo de 17 governadores e vice-governadores, que se reuniram com Renan na segunda-feira. Eles pediram que o Senado priorize votações de propostas que revisem o pacto federativo e garantam mais receita aos estados.

Rodrigo Rollemberg, governador do Distrito Federal, destacou, entre as principais demandas, a aprovação da desvinculação das receitas de estados e municípios, como também da União, para garantir a flexibilidade na execução dos orçamentos.

Outro pedido dos governadores é a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 128/2015, que proíbe a União de criar ou transferir despesas para os entes federados sem a previsão dos repasses necessários para o custeio.

— É importante porque isso protege os estados de despesas que eles não têm condições de arcar — afirmou Rollemberg.

## Precatórios

Um dos principais pleitos dos gestores é a chamada PEC dos Precatórios (PEC 159/2015). A proposta autoriza o uso de até 75% de depósitos judiciais e administrativos



Renan (à esq. de Rose de Freitas) recebe líderes e o governador do DF, Rollemberg (5º à esq.), que pediu ajuda para estados

tributários e de 40% dos depósitos judiciais privados, até a quitação dos valores devidos. O texto ainda define que todos os precatórios não pagos até 25 de março de 2015 terão de ser quitados até 31 de dezembro de 2020 e permite priorizar o pagamento para beneficiários com mais de 60 anos ou que tenham doença grave ou deficiência.

— O que considero mais importante dessa reunião foi a disposição do presidente Renan e do Colégio de Líderes de apreciar e votar uma pauta federativa — disse Rollemberg.

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), também considerou positivo o resultado da reunião e acredita que várias propostas serão objeto de consenso, mas se mostrou contrário a dois pontos: um deles é o pedido da extensão do repasse dos depósitos privados, por se tratar, segundo ele, de medida inconstitucional facilmente

contestada no Supremo Tribunal Federal (STF).

O senador também discorda do repasse aos estados, Distrito Federal e municípios dos recursos arrecadados com a multa sobre os valores repatriados. Para isso, o Congresso teria que derrubar o veto presidencial a artigo da Lei 13.254/2016, que trata de repatriação de ativos mantidos no exterior.

— O que nós mostramos claramente é que isso não dará para atender nem aquilo que é a perda de um estado da Federação. Esse valor não é suficiente nem para quitar o déficit do Espírito Santo, imagine estados como Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

## Socorro financeiro

Vários senadores também reforçaram, antes do início da solenidade de abertura do ano legislativo, que a prioridade do Senado este ano será auxiliar

estados e municípios a superar suas dificuldades financeiras.

O primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), disse que é preciso criar uma “pauta emergencial” para enfrentar os desafios da crise econômica, especialmente as dificuldades dos governos estaduais e municipais.

— Os governadores e prefeitos estão preocupados com a diminuição das receitas. O desafio é enorme. Eles trouxeram um pedido de socorro e quem pode fazer a mediação com o Executivo e buscar a melhor solução é o Congresso.

O senador Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), que foi vice-presidente da Comissão de Aprimoramento do Pacto Federativo em 2015, destacou a epidemia do zika vírus como exemplo de fator que o Executivo deve levar em consideração para estender a mão às unidades federativas.

— Ainda faltam recursos

para atender os municípios. É importante que o governo federal os disponibilize para ampliar equipes de caça aos mosquitos e debelar os focos de infestação — defendeu Bezerra, que representa o estado com maior número de casos registrados do vírus.

## Divisão de verbas

O senador Blairo Maggi (PR-MT) disse que o pleito dos governadores por mais recursos é antigo e muito razoável, visto que o pacto federativo sofreu muitas mudanças ao longo dos anos.

— Os estados têm perdido participação no bolo tributário do país e recebido mais atribuições. São mais serviços com menos recursos. Em 2015, conseguimos reverter um pouco essa situação, mas se faz necessário que a União seja mais eficiente na distribuição de verbas.

Uma das votações importantes dentro desse contexto é a do veto da presidente Dilma Rousseff à distribuição entre os estados dos recursos obtidos com a repatriação de dinheiro mantido por brasileiros no exterior que não havia sido declarado à Receita Federal. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) lembrou desse episódio para afirmar que o Executivo também tem que fazer sua parte no auxílio aos estados.

— A liderança do governo no Congresso assegurou que parte dos recursos ia para estados e municípios, mas a presidente Dilma vetou. Ela tem que cumprir os acordos com a sua base aqui — criticou.

## Jorge Viana critica o que chama de “caçada ao Lula”

Jorge Viana (PT-AC) criticou em Plenário a tentativa de “setores da sociedade” de envolver o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em irregularidades com empreiteiras investigadas pela Lava-Jato. O senador disse que há “uma caçada” contra Lula e sua família e que esse comportamento revela que alguns agentes públicos estão mais interessados em atender interesses políticos do que em cumprir seu dever funcional.

Ele também reforçou a necessidade de recriação da CPMF e disse que o Senado vai montar uma pauta emergencial para votação de propostas que possam ajudar estados e municípios a superar a crise.



Ana Volpe/Agência Senado

## Humberto Costa repudia denúncias contra ex-presidente

Humberto Costa (PT-PE) afirmou que o ex-presidente Lula tem sido vítima de um “odioso cerco” de setores que temem sua força política e procuram desqualificá-lo.

Para o senador, nada pesa contra a honra de Lula e não há investigação em curso contra o ex-presidente, mas a agenda política tem sido pautada por “denúncias vazias” e “factoides” promovidos por autoridades e pela mídia.

— Não adiantam as explicações, os documentos probatórios. Não servem a nada os esclarecimentos oferecidos, porque há uma caçada em curso. Há uma determinação explícita de esmagar o poder político de um ex-presidente.



Ana Volpe/Agência Senado

## Para Gleisi Hoffmann, investigações fazem “linchamento público”

A senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) classificou as investigações sobre o patrimônio do ex-presidente Lula como “linchamento público” e disse que seus opositores aplicam a “sistemática da inquisição” de tentar destruir o adversário.

Gleisi avalia que as acusações são injustas e motivadas pela possibilidade de o ex-presidente vencer nas urnas em 2018. Ela minimizou as investigações ligadas à Operação Lava-Jato, dizendo que o petista é acusado de “visitar um apartamento que não comprou e frequentar um sítio dos amigos”:

— Talvez vocês pudessem acusar o Lula de ter tirado 40 milhões de pessoas da miséria.



Ana Volpe/Agência Senado

## Fátima Bezerra defende petista e pede volta da CPMF

Para Fátima Bezerra (PT-RN), são injustas as tentativas de associar Lula a práticas criminosas envolvendo um apartamento e um sítio. A senadora disse que as acusações não procedem, mas ganharam força porque há uma campanha nacional, com apoio da mídia, para desmoralizar o ex-presidente, responsável pela melhoria das condições de vida dos brasileiros.

— O presidente Lula, assim como qualquer cidadão, não está acima da lei. Mas não podemos assistir a ataque sórdido, sem fundamentação.

Ela também defendeu a recriação da CPMF, desde que seja destinada à saúde e à Previdência Social.



Ana Volpe/Agência Senado

## Helio José condena “desconstrução” da imagem de políticos

Hélio José (PMB-DF) criticou em discurso o que definiu como “política de desconstrução das lideranças políticas” do país. Referindo-se às investigações que envolvem o ex-presidente Lula, o senador disse que cabe à Justiça cuidar dos processos contra quem comete erro, mas não campanhas sistemáticas para desacreditar os políticos.

Ele observou que Lula cumpriu oito anos de governo e foi admirado por todos. Quanto a Dilma, disse que ela já foi julgada pelo povo, que a reelegeu.

O senador também manifestou solidariedade à família do servidor do Senado Eli Roberto Chagas, que foi assassinado ontem por um assaltante.



Ana Volpe/Agência Senado

# Trabalho escravo avança, alerta Nobel da Paz

Em debate, indiano disse que motivações econômicas e aumento do terrorismo e do fundamentalismo alimentam o crime, que visa principalmente a crianças e imigrantes ilegais

HÁ UMA TENDÊNCIA mundial de crescimento do número de trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo e da utilização de trabalho infantil, por motivações econômicas e pelo avanço do fundamentalismo religioso e do terrorismo. O alerta foi feito ontem pelo indiano Kailash Satyarthi, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2014, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Satyarthi disse aos senadores que as modernas formas de escravidão e de tráfico de pessoas estão associadas ao emprego de força de trabalho barata, principalmente crianças e imigrantes ilegais, como forma a reduzir custos e aumentar os lucros em diferentes setores da economia. Ele pediu a mobilização das instituições públicas e da sociedade civil, em uma grande campanha pelo fim do trabalho escravo.

Ao elogiar o trabalho de Satyarthi, que há 36 anos se dedica à luta contra o trabalho escravo e a exploração de crianças, o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), disse também compartilhar da opinião de que a educação é ferramenta fundamental para o enfrentamento do problema.

O indiano lamentou que, em nome de tradições culturais, práticas de exploração de mulheres e crianças sejam aceitas e perpetuadas. Ele cobrou mais investimentos para a prevenção do tráfico de pessoas e para a reabilitação das que são resgatadas. Também observou que o contexto mundial era bem mais difícil há mais de cem anos, quando



Satyarthi, ao lado de Paim, cobra campanhas e investimentos contra tráfico de pessoas e escravidão

foi possível a abolição da escravatura. Atualmente, opinou, com avanços nas comunicações, nas tecnologias e principalmente com o fortalecimento da defesa dos direitos humanos em todas as sociedades, não se pode aceitar a existência da exploração humana.

— Hoje temos ferramentas muito mais fortes para quebrar as algemas de escravidão — afirmou.

## Crime em mutação

Para o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Lelio Bentes Corrêa, que participou do debate, a exploração do trabalho escravo resulta em lucros que superam US\$ 150 bilhões ao ano.

— É imprescindível que se dê com-

bate sem trégua a esse crime que está em constante mutação. Há 20 anos, as vítimas estavam no campo. Agora constatamos que esse modo torpe de contratação do trabalho contamina centros urbanos, em oficinas têxteis, fabricação de calçados e outras atividades.

O diretor da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) Luiz Antonio Colussi e o juiz Hugo Cavalcanti Melo Filho apontaram avanços na legislação brasileira de proteção aos direitos humanos. Porém, alertaram para riscos de retrocesso, caso avancem propostas de redução da idade mínima para o trabalho e para a imputabilidade penal.

— São medidas reacionárias de um Congresso que nunca esteve tão conservador. Temos que barrar essas

tentativas — disse Cavalcanti.

Os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF), Paulo Rocha (PT-PA), Fátima Bezerra (PT-RN), Regina Sousa (PT-PI) e Paulo Paim criticaram o PLS 432/2013, que modifica a lei para excluir “jornada exaustiva” e “condições degradantes” como elementos para configuração de trabalho escravo.

— Não podemos deixar que o país, que foi o último a abolir a escravidão no mundo ocidental, provoque agora um retrocesso na definição daquilo que é considerado modernamente como trabalho escravo — disse Cristovam.

O texto foi retirado da pauta do Plenário em dezembro, após apelo de senadores ao presidente do Senado, Renan Calheiros. No entanto, disse Paim, a proposta voltou à pauta, sem ser discutida nas comissões da Casa e com a sociedade.

— Nossa legislação é hoje referência positiva, mas temos uma perspectiva sombria de voltarmos a ser referência negativa — observou Ronaldo Curado Fleury, procurador-geral do Trabalho, sobre a eventual aprovação do projeto.

## Mobilização

Ao final do debate, Paim disse ter sido informado que, frente à repercussão da audiência pública, o PLS 432/2013 teria sido retirado da pauta.

— Vamos continuar insistindo com o presidente Renan e ao relator [Romero Jucá] para que o projeto passe em todas as comissões e possamos fazer o debate nos estados. Temos que confiar no diálogo e na mobilização.

## Emenda sobre troca de partido será promulgada dia 18

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que será promulgada no dia 18, em sessão conjunta do Congresso, a emenda constitucional que abre “janela” para troca de partidos sem perda de mandatos.

De acordo com o texto (PEC 113/2015) aprovado no Senado em 9 de dezembro, os detentores de mandatos eletivos poderão deixar os partidos pelos quais foram eleitos nos 30 dias seguintes à promulgação

da emenda, mas a desfiliação não será considerada para fins de distribuição do dinheiro do Fundo Partidário e do acesso gratuito ao tempo de rádio e televisão.

Essa possibilidade fez parte da proposta de emenda à Constituição que trata da reforma política já aprovada pelos deputados. O restante do texto vai ser examinado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na forma da PEC 113-A/2015.

Se a vontade dos deputados for mantida no Senado, presidente, governadores e prefeitos ficarão inelegíveis para os mesmos cargos no período imediatamente seguinte. A mesma norma servirá para quem os tiver sucedido ou substituído nos seis meses anteriores às eleições. A exceção são os prefeitos eleitos em 2012 e os governadores, em 2014.

A reeleição de chefes do Executivo passou a valer em junho de 1997.

## Comissão faz debate sobre greve dos peritos do INSS

As consequências da greve dos médicos peritos do INSS serão debatidas na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) hoje, às 9h. A categoria ficou paralisada desde setembro de 2015 e retornou ao trabalho na semana passada.

A perícia médica pelo INSS é exigida para que os trabalhadores obtenham auxílio-doença e aposentadoria especial por invalidez e para que possam voltar ao trabalho depois de licença. A greve impossibilitou o atendimento, e muitos segurados ficaram sem

receber os benefícios.

A comissão convidou para a audiência pública dirigentes da Federação Nacional dos Médicos (Fenam), da Associação Nacional dos Médicos Peritos da Previdência Social (ANMP) e do Conselho Federal de Medicina (CFM).

Foram convidados ainda representantes do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate); do Grupo de Trabalho Previdência Social da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF); da Secretaria de Assun-

tos Jurídicos da Central Única dos Trabalhadores (CUT); e do Sindicato Nacional dos Médicos Peritos (SNMP).

Também foram chamados representantes dos Ministérios da Previdência Social e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A audiência pública acontecerá na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho e será interativa, possibilitando a participação do público por meio de comentários ou perguntas.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

## Prestação de contas do governo está fora da pauta de hoje da CMO

A prestação de contas de 2014 do governo Dilma Rousseff, reprovada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), não está na pauta da reunião de hoje da Comissão Mista de Orçamento (CMO). Segundo

a CMO, o relatório do senador Acir Gurgacz (PDT-RO), contrário à recomendação do TCU, ainda pode receber emendas. A comissão deve avaliar as contas até a primeira semana de março.

## Cassol quer audiências públicas sobre remédio experimental contra o câncer

Ivo Cassol (PP-RO) anunciou em Plenário que apresentará requerimentos em três comissões do Senado para audiências públicas sobre medicamentos experimentais à base de fosfoetanolamina. A substância teria eficácia no



tratamento de alguns tipos de câncer, segundo estudos.

O senador, que pede a liberação do remédio para uso geral da população, disse não entender por que a medicação ainda não foi autorizada pela Anvisa.

## Quadrilhas reavivam o cangaço em pequenas cidades, diz Raimundo Lira

O cangaço, que havia sido extinto do país em 1938, está de volta, reclamou Raimundo Lira (PMDB-PB). A prática é retomada pelas quadrilhas que estão assaltando pequenas cidades brasileiras, especialmente no Nordeste e



mais ainda na Paraíba e no Rio Grande do Norte, disse o senador. Ele cobrou ação do Estado contra as quadrilhas, que “são bem armadas e atuam com perversidade, fazendo o povo perder a confiança nas instituições”.